

SECAS, OLIGARQUIAS E OS FAZEDORES DE CHUVA

Inamar Gusmão Botelho – Pesquisador do Centro de Estudos Euclides da Cunha – CEEC – da Pro´-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

No Brasil, em períodos de grandes secas, é comum a adoção de estranhas soluções para combatê-las. As simples consultas às fontes disponíveis registram com riqueza de detalhes estes retumbantes equívocos, senão vejamos:

No Ceará, em 1859, formou-se uma comissão com a finalidade de apontar algumas alternativas para as temidas e repetidas secas, recorrentes naquele Estado. Partiu-se do princípio que, entre os desertos africanos e as terras desnudas das caatingas, existem estreitas semelhanças. O poeta romântico Gonçalves Dias, junto a outros membros, engrandecia aquela comissão. Enveredaram-se pelo pensamento mais lógico. Se o Nordeste assemelha-se a um deserto, justo seria povoá-lo com animais que vivem lá. Decidiram-se, então, pela importação inicial de dez exóticos camelos. Com eles, vieram dois africanos para ensinar ao povo cearense como criá-los. Após o desembarque, numa demonstração pública da novidade, Gonçalves Dias, montado em um deles, juntou-se a outros românticos aventureiros e promoveram uma pequena viagem inaugural, interrompida dolorosamente. Ao iniciar o percurso, inesperadamente um camelo fratura a perna; os outros, também, são impedidos pela irregularidade do terreno, pedregulhos e os espinhos agressivos. Assim, certificaram-se da cruel e bizarra especificidade locomotora daqueles animais, adaptados às areias macias e movediças dos desertos. Quando as secas são avassaladoras é costume a veiculação da notícia de uma suposta doação, das jóias imperiais pela Corte Imperial Brasileira, em socorro às vítimas das secas, quando D. Pedro II esteve visitando o Ceará, no século passado. Ao citarem tamanha generosidade da Coroa, concluem que o tesouro dos Nobres permaneceu, como sempre esteve, opulento e intacto. Embora o historiador e pesquisador paulista, Marco Villa, lembre a falta de documentos comprobatórios do fato, a piedosa intenção imperial vem atravessando décadas, até os nossos dias.

Acreditávamos que os campos de concentração surgiram com os alemães, no brutal holocausto do povo judeu, durante a Segunda Guerra Mundial. Resguardadas as devidas proporções, as evidências apontam-nos os brasileiros como os primeiros a usá-los, antes dos nazistas. Rachel de Queiroz escreveu “O Quinze” cujo tema é a seca de 1915, e registrou o confinamento dos retirantes com o nome de *campos de concentração*, no interior do Ceará. Segundo o Sr. Ademar Vidal, quando funcionário do Estado da Paraíba para as questões de estiagens, seu Estado foi o precursor dos referidos campos para conter os fugitivos da seca:

“Por volta de 1910, a rua direita na Paraíba, de repente inundada de retirantes esqueléticos e maltrapilhos pedindo esmolas... As mulheres iam dando as crianças às pessoas que queriam ficar com elas - momentos dramáticos o da despedida, prometendo vê-las depois, talvez para nunca mais. Estas cenas repetiram-se em 1915 -1916 e na seca de 32... Levas de flagelados foram então enviadas para lugares onde havia água. Desembarcavam em Saípe e seguiam de caminhão para Mamanguape, ou ficavam no Brejo de Areia”.

Prossegue afirmando “ser horrível, porque esses ‘campos’ foram posteriormente desviados de sua finalidade, tomando caráter político de perseguição, sofrimento e morte”.

Os flagelados, transfigurados pela fome, invadiam os lugarejos miseráveis em grandes grupos. Era costume contê-los em áreas cercadas e vigiadas, isolando-os do convívio da população, principalmente pelo mau cheiro emanado de seus estômagos vazios, em estado adiantado de autofagia, e a visualização de cadáveres insepultos, tombados pela inanição. Outras estranhas e absurdas providências foram tentadas, a exemplo da idéia de produzir chuvas, utilizando 50 milhões de barris de petróleo, acondicionados e transportados em vários navios para a costa brasileira, onde seriam queimados, como cita Pinto de Aguiar, autor de “Nordeste, o drama das secas”⁴. Assim produziriam espessas nuvens de fumaça que, levadas pelo vento Leste-Oeste, precipitariam chuvas no interior do sertão. A grande vantagem do processo seria a sincronização com o calendário agrícola, e assim se resolveria definitivamente a fome e a pobreza do Nordeste.

Embora a Nação carecesse da presença das ações governamentais, principalmente nas regiões mais longínquas, o órgão IFOCS, (Inspetoria Federal de Obras Contra as secas)⁵, criado no início do século, posteriormente transformado no DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), contratou geólogos americanos para apontarem as soluções pertinentes. Os relatórios desses técnicos não tinham a solução hídrica como única e exclusiva providência para saná-las. Indicavam a construção de açudagem, sim, mas atrelada a muitas outras providências complementares, principalmente aos aspectos sociais, instrucionais e educacionais. As recomendações prescritas jamais foram seguidas na época, e muito menos posteriormente, pelo DNOCS. Ao contrário, adotaram a solução hídrica como norteadora unidirecional de suas ações e que, mais tarde, mostrou-se desastrosa. Quase todos os açudes construídos através das frentes de emergência, pagos com recursos públicos foram localizados em propriedades privadas, predominando o poder de barganha do mandonismo rural. Os inúmeros e portentosos açudes construídos em áreas de domínio público, em sua quase totalidade, transformaram as terras férteis agricultáveis, à jusante⁶ de seus taludes, em imprestáveis à produção agrícola. A falta de conhecimento e a adoção de técnicas adequadas para o uso da irrigação proporcionou a salinização daquelas áreas. Aliados a outras deficiências imprescindíveis à produção rural moderna, transformaram os imensos reservatórios d’água, em monumentos inúteis pelo desperdício.

Após a Segunda Guerra Mundial, a disseminação de novidades científicas surgiu concomitante ao aumento dos meios de comunicação. Em 1948 aparecem na imprensa, notícias das primeiras experiências das chuvas artificiais. Os experimentos baseavam-se no bombardeamento das nuvens cúmulos⁷, pulverizando-as através de aviões com os produtos químicos: iodureto de prata, cloreto de potássio e gelo seco. Convincentes reportagens eram

⁴ Página 43

⁵ Criado em 1909, nomeando a engenharia como única solução para o complexo problema das secas.

Transformou-se no DNOCS na década de 40 e, continuou a produzir água e assistencialismo às vítimas pobres das secas. Imitou equivocadamente os E.U.A., quando criaram o U. S. Bureau of Reclamation em 1902 que, já irrigava com sucesso, áreas significativa no sudoeste árido dos Estados Unidos.

⁶ Em direção a foz, pelo lado abaixo do represamento da águas.

⁷ Nuvens formadas em tempo seco, mas possuem gotículas d’água em seu interior. Lembram imensas torres de algodão em forma de couves-flores, entre 2.000 – 5.000 m. de altura. Fornecem evidências de convecção na atmosfera, i.e., sobre regiões de elevado calor. A altura de suas bases horizontais depende da umidade relativa do ar.

publicadas, testemunhando a novidade. O Governo Brasileiro, através da frota da Aeronáutica, utilizou exaustivamente esse processo até o início da década de 80, e nenhum resultado significativo foi alcançado.

A SECA DE 1952

As secas foram visitantes contumazes na vida e na morte dos sertanejos brasileiros, a seca de 1952 começara em 1950. Ao findar novembro, os povos do Sertão achavam-se na esperança de ter chegado o período promissor, o das “águas”, época de reflorescer a vida e os ânimos. Entra janeiro, passa fevereiro, e nada. Resta agora esperar as chuvas de São José, na cultura local “dia santo”, 19 de março, providencial garantia para as provisões com o plantio do feijão e do milho. A sua colheita combina com os festejos de São João, secularmente utilizado no preparo da canjica, pamonha e tantos outros atendimentos na vida sertaneja. Preocupados, os nordestinos sabedores das coisas do tempo franzem o cenho e fixam o olhar nos céus, em busca de um pequeno sinal que seja das “santificadas” chuvas. Perscrutam o tempo na procura dos barrados⁸, das “ramiações” em forma de “rabo de galo”⁹ no firmamento e nas formações flocosas em forma de carneirinhos¹⁰. Em terra, o canto da acauã¹¹, a floração do mandacaru ou o ruído da “rapa-cuia”, rã anunciadora de tempo bom, e nada. Perdem-se as esperanças com a passagem das pombas-de-arribação¹². A estiagem se instala, prolongando a anterior.

A comparação entre as grandes secas é comum para quem as viveu. A de 52 estendeu seus tentáculos à zona cacaueteira, no extremo sul da Bahia. O médio e baixo Jequitinhonha mineiro, norte do Espírito Santo, a Bacia Fluminense e o Distrito Federal, RJ, foram também afetados. O Brasil cambaleante ressentia-se ainda das conseqüências do pós-guerra, quando lutara ao lado das forças Aliadas, contra o Eixo.

No Nordeste, os caminhões participavam ativamente na condução de pessoas. Por transitarem apinhados de gente, tanto os caminhões como os retirantes eram chamados de “paus-de-arara”¹³. A rodovia Transnordestina servia como a principal via migratória desde o

⁸ São nuvens de cor rouge, prenunciadoras de chuvas, principalmente quando aparecem na parte da tarde.

⁹ São nuvens do tipo alto-cirros, regionalmente também designadas de “rabo de égua”, capilares, com gelo em seu interior, que se formam na troposfera superior. Sua base fica entre 8.000 e 11.000m., acima do nível do mar. Indica ventos nas camadas altas. Por vezes, à noite, formam anéis ao redor da Lua. Quando existem tais formações, as chuvas estão muito próximas.

¹⁰ Nuvens do tipo cúmulo-cirro, possuem gelo em seu interior, e as vezes aparecem lenticulares, globulares, que em fileiras ou uma ao lado da outra, lembram um rebanho de carneiros lanados.

¹¹ Ave de rapina, **Herpetotheres cachinnans gueribundus** que se alimenta de ofídios. Seu ovo em pó é antídoto contra veneno de cobras venenosas. Seu canto em tempo de seca é prenúncio de chuvas; em tempo das “águas”, é prenúncio de estio. Na credice dos caboclos, seu canto também pode anunciar a chegada de um hóspede.

¹² Ave migratória, **Zenaida auriculata**. O sertão é rota migratória dessas pombinhas, que em grandes bandos fazem postura aleatória pelo chão, com número impressionante de ovos. São responsáveis pelo alastramento da jitarana, ao alimentarem-se de suas sementes. (Planta considerada erva “daninha”, bastante agressiva na competição com os arbustos). Na fenologia, a passagem das pombas relaciona-se com a chega de períodos críticos.

¹³ Por não possuírem bancos com encostos, nos caminhões que transportavam os retirantes eram fixadas varas longitudinalmente à carroceria, para que os passageiros se agarrassem. O modo de agarrarem-se às varas lembrava a maneira de transportar araras, galinhas e as aves em geral.

Ceará. Os agenciadores¹⁴, através de panfletos distribuídos nos dias de feira, formavam as lotações para a fuga do “inferno”. A procissão de veículos tomava corpo e descia a principal via de acesso, cruzando os demais Estados. Os desesperançados buscavam melhores dias em terras estranhas. Apurada a venda dos últimos pertences, seres humanos transformavam-se em carga viva. Oitocentos cruzeiros por cada homem ou mulher e quatrocentos cruzeiros custava cada criança até o Sul.

A imensidão das paisagens acinzentadas, poeirentas e desnudadas pela "ruindade" dos céus ficava para trás em silêncio mortal. Os migrantes consolavam-se na crença de que a falta de chuvas era a causa principal da pobreza e da miséria que os abatia.

O traçado da grande rota tomava a formação de espinha de peixe, como um fio único condutor, até às bifurcações em direção ao Rio de Janeiro e São Paulo. Convergentes à espinha dorsal estaria o emaranhado de estradas vicinais: boiadeiras, tropeiras, pedestres e atalhos a interligar os vilarejos e as cidadelas, que agora serviam ao fluxo contínuo da emigração.

Registravam-se trinta caminhões abarrotados de retirantes, diariamente, passando por Feira de Santana. Viajava-se em silêncio sepulcral. Reflexivos, absorviam individualmente a sua tragédia e conformavam-se com os seus destinos.

De igual forma, a Ferrovia Leste Brasileiro, em conexão com a Central do Brasil, transportava-os ao mesmo destino. Em decorrência do despovoamento da região, desaparecem as lavouras: roças de sustentação básica, pastagens plantadas e as nativas, lâminas d'água, os barreiros¹⁵ e as cacimbas¹⁶. O perecimento dos animais de criação obedece à ordem da resistência à penúria: bovinos, equídeos, ovinos e caprinos. Após as cabras vem o homem, na ponta da cadeia de sustentação. Partem também em fuga os animais silvestres, eliminando por completo a possibilidade da caça. Somente abundam as terríveis cascavéis, os animais peçonhentos e os morcegos, animais noctívagos que, agora alterados ecologicamente andam a luz do dia, igualmente escorraçados de suas tocas pelos estertores da fome.

Para alcançarem a via central da rota, antes, muitas pessoas palmilhavam léguas e léguas a pé, em compridas filas ondulantes, pelos escaldantes caminhos. À míngua, não resistiam e tombavam às margens das estradas por uma “sede d'água”¹⁷. Alguns sucumbiam à beira dos barreiros, por sorverem excessivamente água barrenta e os estômagos ressequidos não suportarem. Outros, por alimentarem-se barbaramente, apenas das raízes tuberosas dos umbuzeiros, batata-de-vaqueiro, (macambira, mucunã)¹⁸, mandacaru e cabeça-de-frade e outros vegetais impróprios, igualmente pereciam. Devoravam também, os artefatos de couro cru como o solado das alpercatas, capas das cangalhas¹⁹, bruacas²⁰ e surrão²¹, cozinhados em

¹⁴ Homens contratados pelos proprietários de caminhões, para angariarem lotações nas feiras nordestinas. Faziam propaganda das maravilhas do Sul, através de panfletos de cordel.

¹⁵ Fosso escavado em terreno argiloso, a céu aberto, com a intenção de recolher e guardar as águas das chuvas.

¹⁶ Fosso escavado, geralmente de forma circular, atingindo o lençol freático para o abastecimento d'água

¹⁷ “sede d'água” é escassez absoluta. A falta de ingestão de ao menos um gole de água.

¹⁸ Esses vegetais, comprovadamente tóxicos são os principais responsáveis pelo elevado índice das mortes pela alimentação bárbara, notadamente nas grandes secas de 1744, 1790, 1846, 1877, 1915, 1932 e 1952, segundo descrições por testemunhas oculares de médicos e cronistas.

¹⁹ Arreamento com estrutura de madeira, com suadores de capim, folhas ou cortiça, com cabeçotes cruzados, retranca e acessórios para animal cargueiro. Toda a estrutura é protegida por uma capa confeccionada de couro cru de boi.

água e sal, buscando alguma proteína.. Comum era a ocorrência dos inchaços²², próprios da desproteïnização. O gesto desesperado do suicídio também compunha as histórias dos sobreviventes.

Aliados às precárias condições das estradas, do excesso de lotação nos veículos e da miséria de um povo, agora ambulante, os acidentes avolumavam-se a cada dia. De cobertura, apenas uma lona velha sobre uma armação improvisada com sarrafos de madeira. Toscos bancos de tábuas enfileiravam-se transversalmente sobre a carroceria. Um atrás do outro, sem o providencial espaldar para as costas, tornava as longas viagens em mais um grande sacrifício. Grandes varas eram amarradas no sentido longitudinal da carroceria, para nelas se agarrarem. Apoiados uns aos outros, buscavam o equilíbrio pela combinação do vai-e-vem com os solavancos causados pela precariedade das estradas.

Atribuíam-se os acidentes à quebra da barra-de-direção ou da falta de freios nas descidas, a exemplo do ocorrido na serra Rio-Petrópolis. Estas tragédias repercutiam-se em todo país, causando comoção nacional, fazendo descortinar uma realidade que as autoridades insistiam em não enxergar. Oriundos de Vitória da Conquista na Bahia, conduzidos em um pau-de-arara, oitenta e quatro retirantes, fugindo da fome, caem numa ribanceira de duzentos metros de altura, ao encontro da morte. Praticamente, esse acidente foi testemunhado pelo Presidente da República, o Sr. Getúlio Vargas, quando em visita a Petrópolis. Político sagaz, age rapidamente e evita que os respingos da tragédia enodoem as suas vestes. Determina aos seus auxiliares a prestação de imediata assistência às vítimas e aos seus familiares, até cair no esquecimento público.

O acidente evidenciou a intensa corrente migratória originária do Nordeste, objetivando atingir o Rio de Janeiro e São Paulo. Na Bahia, as cidades de Caculé e Vitória da Conquista constituíam-se paradas obrigatórias. A primeira, por ficar ao lado da junção das ferrovias Leste brasileiro e a Central do Brasil. A segunda, por sua localização estratégica, como centro de diversas outras regiões, e por ser a última grande cidade nordestina cortada pela rodovia Rio–Bahia. Diariamente, duzentos e cinquenta novos retirantes enchiam as ruas e os hospitais dessa cidade. Contabilizou um jornalista em visita a um hospital público, que se achava sem remédios e alimentação, cem retirantes hospitalizados: cinquenta por motivos de severa desnutrição e outros cinquenta, sobreviventes de quatro acidentes graves.

O Governador baiano, Otávio Mangabeira, findara seu mandato em 31 de janeiro de 1951. Em longa mensagem denominou a sua administração de *“acervo de realizações que imortaliza um grande Governo”*. Embora fique patente a preocupação do Governador em “dourar a pílula”, registrando as grandes obras de seu governo publicadas em quatro páginas dos jornais locais, evidenciou o descaso para o flagelo da estiagem que atormentava o Estado. Descreve e enumera as suas incontáveis obras. Todas na capital. A construção do Hotel da

²⁰ Grandes bolsas quadradas de couro cru, possuem tampas e fortes alças de couro retorcido, em relho, que se prendem nos cabeçotes das cangalhas. Um par de bruca serve a uma cangalha na condução de cereais e coisas sobre cavalgadura, ainda utilizadas em muitas regiões rurais brasileiras.

²¹ Bolsa ou saco de couro, próprio para farnel dos pastores, devorado pelos famélicos da seca noventinha na virada do século passado. Elemento da composição musical erudita e medieval do compositor baiano, Elomar Figueira Melo, “A Pergunta” (do “O Tropeiro Gonsalin”)

²² Traduzem edemaciações, aumento de volume dos órgãos através de infiltrações intra-celulares dos líquidos corporais nas pessoas com severa fome, comum aos retirantes. A falta de proteínas, (hipoproteïnemia).

Bahia e da Fonte Nova²³ eram prioridades para o Governo Mangabeira. A única obra fora do perímetro urbano foi a estrada para Itapoã, passando pelo Rio Vermelho, na época, localidades consideradas longínquas da capital.

Embora 40% do território baiano esteja situado no Polígono das Secas, isto não sensibilizava e não sensibiliza os Governantes. Nenhuma palavra fora pronunciada no discurso interminável do Governador Mangabeira. O interior continuava ignorado e desprezado pelos dirigentes. O sucessor do Governador Mangabeira, Dr. Régis Pacheco, embora procedente de zona flagelada, conviveu com a situação por mais de ano, em silêncio. Nenhum pronunciamento. Negar a seca em quase metade do Estado era algo injustificável. As coisas pioravam dia após dia para os sertanejos. Começavam a veicular alarmantes notícias na imprensa brasileira e baiana. O Governo Federal, acuado, enviava minguaos e tardios víveres ao Nordeste, menos para a Bahia. Esse socorro acontecia sob grande estardalhaço publicitário, coincidente com o desembarque dos produtos nas capitais Estaduais. D. Darcy Vargas²⁴ criou o AVIS, (Assistência às Vítimas da Seca) encarregado das remessas de víveres ao nordeste. Esse órgão funcionava anexo à L.B.A. (Legião Brasileira de Assistência).

Em nome de uma solidariedade cristã, as populações atingidas suplicavam aos poderes públicos o socorro aos irmãos desvalidos. O ministro da Viação Federal, o Sr. Souza Lima, não liberava víveres à Bahia e fazia circular nos meios de comunicação que o Governador teria afirmado não existir seca no Estado. Pretensamente, os baianos passavam ao longe dessa humilhação. O fato repercutiu negativamente e o episódio foi encerrado, com um desmentido público do Governador Régis Pacheco.

Em março de 1952, o referido ministro veio à Bahia e visitou as regiões de Itiúba, e Bonfim. Esteve em Feira de Santana e estendeu a visita até Itaberaba, Rui Barbosa e Jacobina. De avião, junto ao governador Régis Pacheco, desembarcaram em Vitória da Conquista, em visita ao Sudoeste, onde inspecionaram obras em Caculé e Caitité e Jacaraci. O ministro, alarmado com o quadro vivenciado, seguiu para o Rio de Janeiro, com a promessa do envio de 30 milhões de cruzeiros destinados à conclusão das obras visitadas, e quatro toneladas de leite em pó, medida irrisória considerando-se a extensão e a gravidade do problema.

Em mensagem dirigida à Nação, o Presidente Getúlio Vargas, no capítulo intitulado “Progresso Social, segundo análise da população do país pelo censo de 1950,” referindo-se ao fenômeno das migrações, sentenciou

“que estes consideráveis acréscimos quantitativos produzirão reflexos em toda a estrutura econômico-social do país (...). A concentração demográfica agravava a condição habitacional na capital Federal, sujeita ao favelamento, exigência de abastecimento, congestionamento, transporte e outros serviços. Congestionamento provocando a escassez e a carestia dos gêneros e ainda a formação de uma enorme população marginal socialmente desorganizada, sensível à agitação subversiva e de forte tendência à marginalidade.”

²³ Estádio de futebol de Salvador, oficialmente denominado de Estádio Otávio Mangabeira, após ampliação, atualmente tem capacidade para 100.000 (cem mil espectadores) .

²⁴ Primeira Dama do País, esposa do Presidente Getúlio Vargas. Criou e Coordenou o AVIS. Era a responsável pelas remessas de víveres ao Nordeste.

Diante dos fatos, o Sr. Getúlio Vargas determinou ao Sr. João Cleofas, Ministro da Agricultura, através da Comissão Nacional de Política Agrária, um minucioso estudo sobre as migrações internas, particularmente a migração das regiões do Nordeste, objetivando uma tomada de posição.

Em São Paulo, entram 608.662 trabalhadores no decênio de 1941-1950, enquanto no Rio de Janeiro – Capital Federal, desembarcaram 440.000 pessoas no mesmo período.

DEMONSTRATIVO DO EFETIVO HUMANO QUE SÃO PAULO E A CAPITAL FEDERAL, O RIO DE JANEIRO, RECEBERAM NO DECÊNIO 1941-50, DE ACORDO COM O ESTADO DE ORIGEM:

Cidade de São Paulo		Rio de Janeiro Capital Federal	
Estado de origem:	Efetivo	Estado de origem	Efetivo:
Bahia.	184.609	Estado do Rio	133.000
Minas Gerais	145.280	Minas Gerais	101.000
Pernambuco	44.034	Bahia	23.000
Ceará	31.478	Pernambuco	22.000
Sergipe	18.873	Paraíba	12.000
		Alagoas	8.000
		Ceará	8.000
		Sergipe	7.000
Outros estados	184.388	Outros estados	126.000
TOTAIS	608.662		440.000

Além dos que já haviam emigrado na década anterior, 1950, o início da grande seca de 52, força a fuga de mais 100.123 retirantes, número bem acima da média do período de 1940-50. Ocorreu um aumento significativo para a Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Minas Gerais. Somente o Ceará apresentou um declínio.

A situação se agravou de tal maneira, que em 1951, São Paulo recebeu mais 208.515 pessoas, superior ao dobro do ano anterior, oriundos da Bahia, Pernambuco, Sergipe, Paraíba e, sobretudo, o Ceará.

O Estado de Minas Gerais, embora na divisão política atual pertença ao Sudoeste, surge como o segundo maior emissor de pessoas para São Paulo e Rio de Janeiro. O Norte de Minas, área densamente povoada, contrastando com o resto do Estado, convive com um profundo bolsão de miséria, circunscrito entre a Rio-Bahia, parte do Médio e o Alto Vale do Jequitinhonha, até o Rio São Francisco. Faz parte do polígono da seca. Esta região, idêntica e contígua ao Nordeste, é igualmente castigada pela intempérie climática e do descaso público.

O Rio de Janeiro, mesmo sem sentir os efeitos mais danosos dos cataclismos climáticos, desponta como o Estado de maior contributo do êxodo rural para a sua capital, no

decênio 40-50. Época da ditadura Vargas, período de grande escassez devido à guerra e ao pós-guerra, pareceu-nos evidente que, independente dos fatores climáticos, intensificou o êxodo rural em todos os Estados, em direção às suas capitais.

O Governo Federal analisava a emigração nordestina e versava que os sertanejos buscavam a novidade, o conforto e a atração que as cidades e o asfalto traziam, influenciados, sobretudo, pelos proprietários de caminhões que visavam somente ao lucro com as viagens.

Na Bahia, o IBGE em 1951 identificou as verdadeiras causas do êxodo nordestino. Pesquisou 87 municípios baianos inseridos no polígono. O resultado contrastou com a posição oficial. Emigraram 35.962 baianos naquele ano. Coincidiu que o maior fluxo migratório era proveniente dos municípios mais violentamente atingidos pelas secas: Alto Sertão e Margens do São Francisco. As causas do êxodo eram 71% devido às secas e 55,5% à procura de emprego. Diante da gravidade do quadro da inquietação social, o Governo Federal alarmado com a explosão demográfica do Rio de Janeiro e de São Paulo, tenta encontrar solução estruturante para o problema. O Ministro da Agricultura, o Sr. João Cleofas, lamenta dizendo:

“... a Rio-Bahia, ao contrário do que ocorre em outros países com vias de acesso abertas objetivando o desenvolvimento e progresso de regiões inteiras, transformou-se num corredor por onde desfila uma população desterrada, testemunho trágico do aniquilamento econômico das áreas de onde emigra e transformada, muitas vezes, em peso morto das comunidades para onde se dirige.”

Após esse discurso, lança o Plano de Colonização em quatro vertentes:

- a) Desapropriar ou receber em doação, áreas ao longo da rodovia Rio-Bahia, e sobre elas fixar os emigrantes da lavoura, em obediência a planos agora traçados;
- b) racionalizar a ocupação econômica das terras dos açudes públicos do NE; levar a efeito planos destinados a uma ocupação econômica mais efetiva dos chamados “vales-úmidos” da região semi-árida;
- c) desviar parte da ponta migratória em direção às margens do Rio S. Francisco, ao Sul do Goiás e Mato Grosso .

Complementando, articulou providências com as autoridades dos Estados do Nordeste para o combate aos proprietários e aos motoristas de caminhões, considerados como criminosos inimigos do poder. As punições eram: prisão, retorno dos veículos ao ponto de origem e a cassação da licença com apreensão do veículo por utilização ilegal.

O FAZEDOR DE CHUVAS NA BAHIA

O Dr. Janot Pacheco, engenheiro, homem de compleição física avantajada, sempre bem vestido, de terno e gravata, cabeleira inteiramente alva, sessent’anos, voz mansa e calma no responder e no explicar, revelava uma surdez incipiente, teve seu nome reconhecido e consagrado nacionalmente, principalmente em Santa Catarina, São Paulo, e Rio de Janeiro, alcunhado carinhosamente pela imprensa brasileira como “ o fazedor de chuvas”. Seu processo era diferente das chuvas artificiais amplamente divulgadas e elogiadas na ocasião.

Seu método, segundo ele, começou a surgir quando em exílio na Suíça, por ter resistido à Revolução de 30, contra a qual debateu-se em armas. Certa noite, fora acordado pelos ribombos e as explosões de foguetes, utilizados na dispersão de geadas e nevoeiros naquele país. Curioso, empenhara-se no aperfeiçoamento e na adaptação do processo às condições climáticas brasileiras. Não utilizava foguetes, somente a combinação correta para a queima, em terra, dos produtos químicos neles contidos.

Sistemático, repeliu um jornalista baiano quando perguntado sobre as suas “experiências” - “ afirmo ser impróprio chamar de experiências o meu processo de fazer chover. Por isso o meu nome em todo o país de o ‘fazedor de chuvas’. Trata-se, realmente, para os que o desconhecem, de um processo científico, líquido e certo, obtido através de muitos estudos e já comprovadamente testado. – Sou possuidor da patente do invento. – Para fazer chover é apenas um trabalho como outro qualquer”. Criticou o bombardeamento das nuvens, quando seu método fora comparado ao das chuvas artificiais. Com um sorriso irônico, satirizou:

“A chuva artificial é brinquedo de menino grande. As nuvens que bombardeiam, caíam de qualquer forma. O meu é científico. O céu, mesmo em intenso azul, límpido, sol a pino, após a queima da mistura, de repente transforma-se em verdadeiro aguaceiro. Só assim resolvem-se as secas do nordeste.”

Em finais de 1951, a seca atingia o seu clímax. O Sr. Roberto Pedreira, procurador do Banco do Brasil/Ba, apresentou a idéia de convite ao cientista, juntamente com o representante dos pecuaristas da Bahia, o Cel. Gujé Ferraz, residente em Vitória da Conquista e possuidor de vastas extensões de terra para a criação de gado, entre Itambé e Itapetinga. Alinharam-se ao Sr. Armando Góis, produtor de cacau e representante da expressiva Associação dos Cacaucultores da Bahia, na época. Preocupados com a real ameaça, e zelosos de seus patrimônios, o tripé da oligarquia baiana firmava-se num mesmo propósito: fazer chover, primeiramente nas regiões de seus domínios.

Em caráter emergencial, e apoiada pelo Executivo e Legislativo Estadual, coube à Comissão a responsabilidade inicial da presença do cientista na Bahia, cujo objetivo maior era contratá-lo pelo Estado.

Precavidos, e angustiados pelas chuvas ausentes, acertaram os pré-requisitos para a atuação do Dr. Janot na Bahia:

- As primeiras demonstrações seriam fazer chover nas regiões de interesse dos referidos produtores;
- após confirmar a eficácia do método, agora pelo Governo baiano, o cientista faria uma demonstração pública em Salvador, em presença dos representantes do Executivo, Legislativo e da imprensa. As prioridades foram estabelecidas: fazer chover nas cabeceiras do rio Paraguaçu, face ao abastecimento de Salvador se encontrar comprometido; em seguida, estender-se-iam os benefícios às áreas mais atingidas do interior baiano.

Diante do quadro de escassez e com a quebra de arrecadações, o Estado encontrava-se em situação difícil. O corte nas despesas já atingia 30% do orçamento. Mesmo assim, os gastos com a contratação do Dr. Janot eram plenamente justificáveis. Não seriam “despesas” e sim “investimento”, pois o benefício de suas chuvas era abrangente e generalizado. O Estado se beneficiaria com o aumento das arrecadações, através do soerguimento da economia baiana, sustentada na época unicamente pela produção agropecuária.

A Assembléia Legislativa da Bahia põe em pauta o assunto, atendendo Indicação do Sr. Deputado Raimundo Brito. Pronunciaram-se os Deputados Raimundo Brito, Rocha Pires, Nilson Luís, Aloísio Short, Jorge Calmon e Adenor Soares. “*Com alguma diversidade de opiniões e algumas restrições, declararam serem eles favoráveis à aprovação da mesma, por ser mais uma tentativa de combate às secas.*” Após poucos dias da aprovação do Legislativo, dizia a manchete de primeira página de um jornal local, em letras garrafais, -“Janot fez chover no interior bahiano” - . A “*experiência*”, foi executada numa sexta-feira, novembro/51, nas terras do Cel. Gujé, em Itambé. Chuvas caíram longe dali, em Ilhéus, Itabuna, Colônia, Ipiaú e Camamu, devido à direção predominante dos ventos. No sábado seriam duas sessões experimentais em Vitória da Conquista: uma, pela manhã, outra, à tarde. Até então, chuvas na concepção do homem crédulo da roça, somente ocorrem através do consentimento de Deus. A notícia da novidade espalhou-se como rastilho de pólvora por toda a região do sudoeste baiano e noroeste mineiro. Entre alguns representantes de cidades próximas, um era de Pedra Azul, MG., que também padecia do mesmo mal. O Dr. Janot era o centro especial das atenções. Após os levantamentos atmosféricos preliminares, assegurou, de viva voz, da possibilidade das chuvas produzidas ali atingirem também aquela área. Naquele momento mágico, por sua figura carismática e o poder de fazer chover, o cientista aguçou o imaginário popular ao interferir nas coisas celestiais. De fato, as chuvas não caíram em Conquista, mas desaguaram exatamente em Pedra Azul, Jequitinhonha e outros municípios mineiros, além de Caculé, Brumado e Caitité, na Bahia.

Após audiência com o governador interino da Bahia, o Sr Lima Teixeira, em substituição ao Dr. Régis Pacheco, e entendimentos com o Secretário de Agricultura, o Sr. Nonato Marques, fica acertado entre o cientista e o Estado, o valor inicial de CR\$30.000,00, (trinta mil cruzeiros) quantia considerável na ocasião para a primeira aquisição, pelo Estado, dos materiais necessários à demonstração em Salvador. Dr. Janot embarcou numa quinta – feira para o Rio de Janeiro, prometendo retornar a Salvador para a demonstração pública, na próxima quarta-feira, na Fonte Nova recém-construída. Antes do embarque, um jornalista perguntou ao cientista: “Como é? Na quarta-feira vai chover mesmo?” Com um olhar penetrante, e mirando o firmamento, vaticinou: – “*Dilúvio. Pode anunciar à população de Salvador, que nesse dia, não saia de casa sem os guarda-chuvas*”.

No dia marcado, nenhum registro do controvertido evento. Será que entre os documentos dos arquivos públicos estariam faltando exemplares que contivessem o desfecho de um fato de tamanha expectativa? Conferidas as edições dos jornais, tudo numericamente em ordem, mas nenhuma palavra sobre o desfecho da inédita “*experiência*” na Bahia. O que teria acontecido? Após dois meses decorridos em busca das publicações diárias de todos os periódicos, procurando alguma pista, aparece um respingo de notícia do Dr. Janot na imprensa de Salvador. Uma carta de um produtor de cacau é publicada, solicitando providências urgentes ao governo do Estado. Pedia intermediações políticas para a

sensibilização do Governo Federal em socorrê-los. E nela finalizava: “ *Quanto às chuvas do cientista, ao inferno o Dr. Janot e suas experiências*”.

O silêncio dos noticiários baianos só foi solucionado a partir de um testemunho oral. Um ex-funcionário do Estado, próximo ao poder na época, e de memória privilegiada, desvendou o mistério. O Dr. Janot retornou pontualmente no dia marcado, com o inseparável auxiliar que o acompanhava, munidos dos produtos prometidos. Não se tratava de um falsário de grandes golpes, como a princípio pode ter sido pensado. Os representantes do Poder e a população em peso formavam expressiva aglomeração na Fonte Nova. Dessa vez, mesmo que soprassem ventos fortes vindos do Dique do Tororó²⁵, levariam as chuvas a caírem no Recôncavo canavieiro, agonizante também naquele momento pela falta de chuvas, já que mirravam e retorciam as folhas dos extensos canaviais de Salvador à Feira de Santana.

O Dr. Janot Pacheco, embora não fosse adepto ao bombardeamento de nuvens, cauteloso diante de tamanho desafio público, estaria mais seguro com a combinação dos dois processos. Solicitou um avião do Estado para bombardear as nuvens de Salvador, enquanto ele promovia a alquimia em terra.

Mesmo queimado todo o estoque das substâncias, nenhuma gota de chuva caiu sobre Salvador ou em qualquer outra parte da Bahia. Debaixo de intensa fumaceira, vaias, assobios, improperios, mas protegido da tentativa das agressões físicas, o Dr. Janot Pacheco encerra dramaticamente a fascinante carreira de “cientista” em terras baianas.

Como as secas, também são antigas as intervenções governamentais ao seu combate. Imensuráveis recursos foram gastos na construção de grandes açudes e imponentes barragens com a dupla finalidade: a produção de energia e o aproveitamento agrícola. O paradoxo se estabelece ao redor dos grandes reservatórios d’água nordestinos. A poucos metros de seus perímetros, a sede, a fome e a pobreza dominaram e ainda dominam a nossa paisagem, salvo raríssimas exceções.

Fica transparente o desperdício dos recursos públicos na execução das extravagantes idéias de combate às secas. A insistência com a solução unidirecional hídrica, ou a adoção de “modismo” improvisado nas gestões estatais, se repetem há séculos. As soluções puramente técnicas, físicas, assistencialistas e até mágicas, tornam-se normas imutáveis. Na década que se finda ocorreu um declínio das grandes construções. Mas a mudança não caracteriza a sinalização do uso do bom senso, mas as restrições dos financiadores internacionais. Impossibilitados das obras físicas, adotaram o "desenvolvimento sustentável" como instrumento redutor das diferenças sociais, de forma equivocada. Torna-se um ciclo sem fim, fragmentando e compartimentando as medidas, as interferências. A intervenção, a orientação e o tutelamento dos necessitados fazem parte dos elaborados e caprichosos projetos técnicos que abarrotaram e abarrotam as repartições públicas em todo o País. Tudo, com os recursos oriundos de empréstimos externos. Qual será a novidade da próxima década como alternativa para eliminar ou diminuir a pobreza brasileira? Ontem, os estertores da miséria ocorriam no campo, principalmente no Nordeste. Hoje, a pobreza absoluta é homogênea, entre a cidade e o campo. Os antigos fugitivos da fome do nordeste dirigiam-se para as grandes cidades; agora invertem forçosamente o fluxo migratório, no caminho de volta. Desesperançados e desterrados, fogem da miséria e dos descaminhos das metrópoles.

²⁵ Em forma de barragem, o represando das águas de mananciais formou-se um grande e bonito lago, localizado no centro Salvador, entre o estádio da Fonte Nova e o mar.

Os indicadores econômicos têm demonstrado, década após década, o desequilíbrio na distribuição de renda. Vem ocorrendo um aumento assustador dos pobres absolutos e a exclusão social das pessoas, diametralmente oposto aos gastos destinados ao seu amparo. Faz-se indispensável uma vontade política para os investimentos ininterruptos na educação fundamental e nos setores que sustentam a formação do cidadão.

O papel de toda a sociedade, juntamente com o Poder Público, é desenvolver o exercício do pensamento crítico e da cidadania, de forma a inverter o modelo social atual, criando uma nova perspectiva de vida no País.

Referências Bibliográficas:

1-Castro, Josué de, Sete Palmos de Terra e um Caixão. São Paulo. Ed. Brasiliense,1967.

2-Queiroz, Rachel de, O Quinze. Rio de Janeiro. Ed. José Olympio, 1995.

3-A Tarde- Janeiro/Março; Abril/Junho; Julho/Setembro e Outubro e Novembro de Janeiro/ Dezembro de 1951.

4-A Tarde- Janeiro/Março de 1952.

5-Diário de Notícias- Janeiro/Março; Abril/Junho; Julho/Setembro e Outubro e Novembro de 1951.

6-Estado da Bahia – Janeiro/Março; Abril/Junho; Julho/Setembro e Outubro e Novembro de Janeiro/ Dezembro de 1951.

7-Estado da Bahia – Janeiro/Março de 1952.